(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Industrial Cataguases ("Companhia") constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza – Cataguases – MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações ("Domínio" ou "Controlada"), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2012.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações relativas a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 23 provisões e contingências
- Nota 08 constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes
- Nota 11 constituição de provisão para perda dos créditos precatórios
- Nota 09 Provisão para perda estoques

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico – CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

 Jomínio Imobiliária Empreend. e Participações Ltda.
 31/12/2011
 31/12/2010

 99,95%
 99,97%

As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhia controlada.

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 efetuada no BRGAAP.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado

(ii) Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

_	Vida útil (em anos)	Taxa de depreciação em 2011 e 2010
Edificações	18,2	5,5%
Máquinas e equipamentos	11,1	9%
Instalações	11,1	9%
Móveis e utensílios	10 e 5	10 e 20%
Veículos	5	20%
Intangível	5	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(g) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

i. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

ii. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o nãopagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(h) Benefícios a empregados - Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

(i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(j) Receita operacional Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

(k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações financeiras individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(l) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Paticipações Ltda. e Caporena Comércio de Tecidos Ltda, controlada indireta, no exercício de 2011 optaram pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

(m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(n) Informação por segmento

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social

(o) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

(p) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

i. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC

Segue abaixo a avaliação da Companhia sobre os impactos das alterações dos procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1)

- aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O *IFRS* 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o *IAS* 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O *IFRS* 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O *IFRS* 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O *IFRS* 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos *IAS* 27 (CPC 35), *IAS* 31 (CPC 19) e *IAS* 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

(q) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

(r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(s) Propriedade para investimento

Uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, avalia a carteira de propriedade para investimento a cada seis meses. Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na ausência de preços correntes no mercado ativo, as avaliações são preparadas através da consideração do valor dos fluxos de caixa agregados estimados do arrendamento da propriedade. A taxa de desconto que reflita determinados riscos inerentes nos fluxos de caixa então é aplicada nos fluxos de caixa anuais líquidos para chegar à avaliação da propriedade.

As avaliações refletem, quando apropriado, o tipo de arrendador efetivamente ocupando o imóvel ou do responsável por honrar os compromissos do arrendamento ou do arrendador que provavelmente estará ocupando o imóvel após o período em que o imóvel ficou vago, a alocação das responsabilidades de manutenção e seguro entre a Companhia e o locatário; e a vida econômica remanescente da propriedade. Quando revisões ou renovações do arrendamento estão pendentes e incluem aumentos previstos referentes à devolução da propriedade, assume-se que tais avisos, e contra-avisos quando cabíveis, tenham sido providos de maneira válida e dentro do tempo apropriado.

4. Gerenciamento de risco financeiro

Visão Geral

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(i) Risco de crédito

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

A Companhia possui política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecida pela Companhia somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são riscos significativos individuais.

A Companhia mantém seguro de crédito exportação para tecidos de algodão com o percentual máximo para a cobertura do limite de crédito aprovado de 90% (noventa por cento) para os riscos comerciais e políticos. A apólice atual tem o prazo de vigência anual e sua aplicabilidade refere-se às vendas com prazo de pagamento que não exceda a 180 dias da data da venda. A moeda da apólice é o dólar norte-americano (US\$).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e preço do algodão, têm nos ganhos da Companhia ou em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco do aumento do algodão

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado do algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais no custo da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente o mercado local e o mercado internacional, buscando antecipar-se ao movimento de preço. Adicionalmente a Companhia mantém estoque estratégico, visando equalizar custo e evitar a falta da matéria-prima e conseqüente prejuízo no processo industrial.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional. As moedas na quais estas transações são denominadas são dólar norte-americano, euro e franco suíço.

Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos financeiros. Com o objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e sua controlada adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos majoritariamente atrelados ao CDI, para ajustá-los a valores próximos aos valores de mercado.

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de sua controlada.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

Administração de capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2011	2010
Total do passivo	139.925	124.839
Menos: caixa e equivalentes de caixa	18.681	14.150
Dívida líquida (A)	121.244	110.689
Total do patrimônio líquido (B)	147.024	138.259
Relação dívida líquida sobre capital ajustado em 31 de dezembro (A/B)	82,47%	80,06%

5. Segmentos operacionais

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por segmento (IFRS 8) e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia e sua controlada que foram identificadas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Um segmento é um componente da Companhia, destinado à fabricação de produtos e serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações diferentes daqueles outros segmentos. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os segmentos utilizados para tomada de decisão e para gerenciamento interno da Companhia e sua controlada são mercado interno e mercado externo.

Os resultados, ativos e passivos por segmento, consideram os itens atribuíveis diretamente ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Companhia Industrial Cataguases (Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora					
		2011					
	Mercado	Mercado		Mercado	Mercado	_	
	interno	externo	Total	interno	externo	Total	
ATIVO							
Circulante	118.370	26.756	145.126	104.753	34.918	139.671	
Realizável a longo prazo	13.819	3.124	16.943	8.457	2.819	11.276	
Investimento	12.542	2.835	15.377	6.757	2.252	9.009	
Imobilizado	85.726	19.377	105.103	74.276	24.759	99.034	
Intangível	3.589	811	4.400	3.081	1.027	4.108	
	234.047	52.902	286.949	197.324	65.775	263.098	
PASSIVO							
Circulante	44.157	9.981	54.138	61.349	20.450	81.798	
Não circulante	69.971	15.816	85.787	32.281	10.760	43.041	
Patrimônio líquido	119.919	27.105	147.024	103.694	34.565	138.259	
	234.047	52.902	286.949	197.324	65.775	263.098	

	Controladora					
			2011			2010
	Mercado	Mercado		Mercado	Mercado	
	interno	externo	Total	interno	externo	Total
Receita Operacional líquida	167.299	45.467	212.766	145.053	46.541	191.594
Custo dos produtos vendidos	(121.477)	(41.137)	(162.614)	(106.392)	(42.071)	(148.463)
Lucro bruto	45.822	4.330	50.152	38.661	4.470	43.131
Receitas (despesas) operacionais	(33.631)	(10.937)	(44.568)	(22.102)	(10.379)	(32.481)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	12.191	(6.607)	5.584	16.559	(5.909)	10.650
Resultado financeiro líquido	8.184	1.975	10.159	6.862	1.760	8.622
Despesas financeiras	(17.510)	(6.737)	(24.247)	(9.369)	(6.002)	(15.371)
Receitas financeiras	25.694	8.712	34.406	16.231	7.762	23.993
Resultado operacional antes do IRPJ e CSSL	20.375	(4.632)	15.743	23.421	(4.149)	19.272
Imposto de renda e contribuição social	(1.001)		(1.001)	(4.615)	-	(4.615)
Resultado do exercício	19.374	(4.632)	14.742	18.806	(4.149)	14.657

	Consolidado					
	2011					2010
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
ATIVO						
Circulante	123.242	27.857	151.099	105.554	35.185	140.739
Realizável a longo prazo	15.176	3.430	18.606	8.541	2.847	11.388
Investimento	538	122	660	494	165	658
Imobilizado	91.736	20.735	112.471	79.732	26.577	106.309
Intangível	3.593	812	4.405	3.081	1.027	4.108
	234.285	52.956	287.241	197.402	65.801	263.202
PASSIVO						
Circulante	44.299	10.013	54.312	61.362	20.454	81.816
Não circulante	70.311	15.892	86.203	32.343	10.781	43.124
Patrimônio líquido	119.919	27.105	147.024	103.694	34.565	138.259
Participação dos não controladores	-243	-55	-298	2	1	3
	234.285	52.956	287.241	197.402	65.801	263.202

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado					
2011					2010
Mercado	Mercado		Mercado	Mercado	,
interno	externo	Total	interno	externo	Total
179.019	45.467	224.486	145.069	46.541	191.610
(125.046)	(41.137)	(166.183)	(106.392)	(42.071)	(148.463)
53.973	4.330	58.303	38.677	4.470	43.147
(34.918)	(10.937)	(45.855)	(22.044)	(10.379)	(32.423)
19.055	(6.607)	12.448	16.633	(5.909)	10.724
1.480	1.975	3.455	6.752	1.760	8.512
(17.520)	(6.737)	(24.257)	(9.369)	(6.002)	(15.371)
19.000	8.712	27.712	16.121	7.762	23.883
20.535	(4.632)	15.903	23.385	(4.149)	19.236
(1.468)		(1.468)	(4.579)		(4.579)
19.067	(4.632)	14.435	18.806	(4.149)	14.657
	interno 179.019 (125.046) 53.973 (34.918) 19.055 1.480 (17.520) 19.000 20.535 (1.468)	interno externo 179.019 45.467 (125.046) (41.137) 53.973 4.330 (34.918) (10.937) 19.055 (6.607) 1.480 1.975 (17.520) (6.737) 19.000 8.712 20.535 (4.632) (1.468)	Mercado interno Mercado externo Total 179.019 45.467 224.486 (125.046) (41.137) (166.183) 53.973 4.330 58.303 (34.918) (10.937) (45.855) 19.055 (6.607) 12.448 1.480 1.975 3.455 (17.520) (6.737) (24.257) 19.000 8.712 27.712 20.535 (4.632) 15.903 (1.468) (1.468)	Mercado interno Mercado externo Total Mercado interno 179.019 45.467 224.486 145.069 (125.046) (41.137) (166.183) (106.392) 53.973 4.330 58.303 38.677 (34.918) (10.937) (45.855) (22.044) 19.055 (6.607) 12.448 16.633 1.480 1.975 3.455 6.752 (17.520) (6.737) (24.257) (9.369) 19.000 8.712 27.712 16.121 20.535 (4.632) 15.903 23.385 (1.468) (4.579)	Mercado interno Mercado externo Total Mercado interno Mercado externo 179.019 45.467 224.486 145.069 46.541 (125.046) (41.137) (166.183) (106.392) (42.071) 53.973 4.330 58.303 38.677 4.470 (34.918) (10.937) (45.855) (22.044) (10.379) 19.055 (6.607) 12.448 16.633 (5.909) 1.480 1.975 3.455 6.752 1.760 (17.520) (6.737) (24.257) (9.369) (6.002) 19.000 8.712 27.712 16.121 7.762 20.535 (4.632) 15.903 23.385 (4.149) (1.468) (1.468) (4.579)

6. Caixa e equivalentes de caixa

		Consolidado		Controladora
	2011	2010	2011	2010
Caixa e Bancos	4.892	4.133	4.337	4.117
Aplicações Financeiras	15.453	10.053	14.344	10.033
	20.345	14.186	18.681	14.150

As aplicações financeiras possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Referem, substancialmente, a operações compromissadas, lastreadas em debêntures, Certificado de Depósito Bancário ("CDB") e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxas que variam em média 102% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

7. Outros investimentos

	Consolidado		Controladora		
	2011	2010	2011	2010	
Aplicações Financeiras	6.353	17.641	6.353	17.641	
Circulante	2.231	16.870	2.231	16.870	
Não Circulante	4.122	771	4.122	771	

Os ativos financeiros, mantidos até o vencimento ao custo amortizado, são títulos patrimoniais que de outra maneira seriam classificados como disponíveis para venda.

Referem, substancialmente, a operações compromissadas, lastreadas em debêntures, Certificado de Depósito Bancário ("CDB") e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxas que variam em média 102% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme relacionado na nota explicativa de nº 19, o montante de R\$4.641 estão caucionados, sendo R\$3.763 com vencimento em 19 de junho de 2015, R\$327 em 14 de março de 2012 e R\$551 em 19 de janeiro de 2012.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Co	ntroladora
Ξ	2011	2010	2011	2010
Mercado interno	51.958	38.753	45.768	38.746
Mercado externo	11.792	9.937	11.792	9.937
_	63.750	48.690	57.560	48.683
Provisão para crédito de liquidação				
duvidosa	(2.430)	(1.798)	(2.430)	(1.798)
Ajuste a valor presente	(2.586)	(1.179)	(1.490)	(1.179)
=	58.734	45.713	53.640	45.706
Circulante	56.851	45.713	53.640	45.706
Não Circulante	1.883	-	-	-

O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 90 dias sendo descontado na mesma taxa das operações.

Movimentação da Provisão para devedores duvidosos

				Consolidado
	Saldo 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.798	1.198	(566)	2.430
	1.798	1.198	(566)	2.430

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos a mais de 90 dias. Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendos.

Em 31/12/2011 as perdas efetivas montam R\$185 (R\$619 em 31/12/2010).

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Estoques

	C	onsolidado	Controlad		
	2011	2010	2011	2010	
Produtos acabados	20.725	17.507	19.752	16.817	
Produtos em processamento	22.063	17.011	22.063	17.011	
Matérias primas	13.897	12.108	13.897	12.108	
Importações em andamento	-	227	-	227	
Almoxarifado	6.266	8.672	6.266	8.672	
	62.951	55.525	61.978	54.835	
Provisão para perdas de estoque	(1.195)	(764)	(1.195)	(764)	
	61.756	54.761	60.783	54.071	

Determinados itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade foram objetos de constituição de provisão.

Movimentação da provisão para perda de estoque

		1	Controladora e	Consolidado
	Saldo 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2011
Provisão para perda Estoque	764	431		1.195
	764	431		1.195

Em 2011 o montante reconhecido como despesa liquida no resultado foi de R\$ 431, (R\$ 138 em 2010)

10. Impostos a recuperar

		Consolidado	Con	ntroladora
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda	3.527	2.085	3.478	1.952
Contribuição Social	1.301	760	1.301	721
ICMS	5.983	6.399	5.983	6.399
INSS	1.034	1.013	1.034	1.013
Outros impostos	323	1.425	323	1.425
	12.168	11.682	12.119	11.510
Circulante	6.298	5.579	6.249	5.407
Não circulante	5.870	6.103	5.870	6.103

ICMS a recuperar

Composição saldo ICMS a recuperar:

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		Controlador	
	2011	2010	2011	2010
ICMS – TUSD (a)	3.916	3.916	3.916	3.916
ICMS – Imobilizado (b)	1.431	1.249	1.431	1.249
ICMS – Outros (c)	636	1.234	636	1.234
	5.983	6.399	5.983	6.399

- a) Crédito de ICMS decorrente de documento fiscal emitido para Cobrança de Tarifa de Uso da Rede do Sistema Nota Nacional de Energia Elétrica (TUSD). Conforme nota explicativa 23a em 30 de novembro de 2011 a Companhia protocolou requerimento relativo a "Utilização do referido crédito acumulado para pagamento de crédito tributário relativo ao ICMS (TUSD)" e solicitando a liberação do depósito judicial no mesmo montante (valor não atualizado) a seu favor, referente a lide. Em 02 de dezembro de 2011 a Procuradoria da Dívida Ativa do Estado de Minas Gerais deferiu o requerimento restando apenas as formalizações legais para conclusão do acordo.
- b) Crédito ICMS decorrente aquisição de ativo imobilizado a ser recuperado, conforme legislação, à taxa de 1/48 (um quarenta e oito avos) por operação de compra.
- c) Crédito de ICMS decorrente, basicamente, de operações comerciais de exportação e do incentivo fiscal obtido através do programa PROALMINAS Programa Mineiro de Incentivo à Cultura do Algodão.

A Companhia negociou saldos credores de ICMS no exercício no valor de R\$ 1.110 (R\$ 3.191 em 2010). Não houve deságio nas operações em 31/12/2011 (R\$ 277 em 31/12/2010).

11. Créditos precatórios

Referem-se a títulos adquiridos junto a terceiros, pela Companhia, com previsão de resgate em parcelas fixas e determinadas pelo Tesouro Nacional, até o exercício de 2013. Tais títulos estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado		Co	ntroladora
	2011	2010	2011	2010
Valor nominal	5.394	7.118	5.394	7.118
Deságio a apropriar	(66)	(893)	(66)	(893)
Provisão para perda	(3.000)	(3.000)	(3.000)	(3.000)
	2.328	3.225	2.328	3.225
Circulantes	1.152	1.049	1.152	1.049
Não circulantes	1.176	2.176	1.176	2.176

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de créditos precatórios foram adquiridos de duas companhias, Terpeg Serviços Marítimos e Portuários Ltda. ("Terpeg") e Uniport Serviços Portuários Ltda. ("Uniport") com o objetivo de se fazer a compensação do crédito vincendos com débitos de impostos correntes, após negativa do fisco em homologar as compensações a Companhia optou por permanecer com os créditos até o seu vencimento.

O saldo referente a Terpeg está avaliado pelo seu custo de aquisição ("valor nominal de face"), deduzido da provisão para perdas de 100% dos créditos, totalizando R\$ 3.000.

O saldo referente à Uniport está avaliado pelo seu custo de aquisição atualizado monetariamente pela Selic, deduzido do deságio. O deságio é apropriado no resultado com base no prazo incorrido até o vencimento das parcelas.

12. Outros ativos

	C	Consolidado	Co	ntroladora
	2011	2010	2011	2010
Adiantamento a despachantes aduaneiros	166	408	166	408
Despesas antecipadas	1.581	1.448	1.581	1.285
Outros	769	725	1.025	725
	2.516	2.581	2.772	2.418
Circulante	2.466	2.581	2.390	2.418
Não circulante	50	-	382	-

13. Investimentos

	Consolidado		Controladora		
	2011	2010	2011	2010	
Avaliados ao custo	60	58	58	58	
Avaliados pela equivalência patrimonial	-	-	14.719	8.351	
	60	58	14.777	8.409	

(a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Quotas possuídas-Domínio Imobiliária	10.623.606	7.546.828
Patrimônio Líquido	14.727	8.353
Lucro líquido do exercício	6.994	138
% de participação	99,95	99,97

O saldo referente ao investimento pelo método de equivalência patrimonial refere-se em sua totalidade a quotas de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

(b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial – Controlada indireta

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 adquiriu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria.

	2011
Quotas possuídas-Caporena Comércio de Camisas Ltda.	5.100
Patrimônio Líquido	10
prejuízo do exercício	(634)
% de participação	51%

O Conselho de Administração da controladora está avaliando esse investimento em função de sua constituição ter ocorrido sem o conhecimento e anuência daquele Conselho.

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram impactadas negativamente por participação indireta nesse investimento no montante de R\$ 323 em 2011.

(b) Movimentação dos investimentos

_	2011	2010
	-	_
Saldo inicial	8.409	8.260
Resultado de equivalência patrimonial	6.990	138
Integralização de capital com bens	3.079	-
Dividendos recebidos	(3.701)	
Integralização de capital por distribuição de Sobras		11
Saldo final:	14.777	8.409

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de custo

O saldo referente ao investimento pelo método de custo refere-se em sua totalidade a quotas de capital no Banco Cooperativa do Brasil – Coopemata.

14. Propriedade para investimentos

		Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010	
Saldo em 1° de janeiro	600		600		
Aquisições	-	600	-	600	
Saldo em 31 de dezembro	600	600	600	600	

O imóvel adquirido acima teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do artigo 27, parágrafo 6º da Lei 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrado via escritura pública com o devedor da Companhia.

O referido imóvel foi arrendado em 2010, a receita reconhecida no resultado de 2011 foi de R\$16 (R\$ 3 em 31/12/2010).

A Companhia, através da empresa Methodus Engenharia Ltda, avaliou o valor justo do imóvel em 22 de dezembro de 2011 e considera que os valores apresentados, ou seja, valor contábil está próximo do valor justo e não há necessidade de atribuir novo valor de custo.

15. Imobilizado

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Controladora
			2011			2010
	Custo	Depreciação /amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação /amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	6.568	-	6.568
Edificações	31.464	7.043	24.421	31.385	6.181	25.204
Máquinas e equipamentos	161.008	105.856	55.152	152.480	106.218	46.262
Instalações	16.714	6.136	10.578	14.454	5.216	9.238
Móveis e utenssilios	7.268	4.931	2.337	6.744	4.545	2.199
Veiculos	3.623	1.429	2.194	3.127	1.315	1.812
Imobilizado em formação	5.287		5.287	7.751		7.751
	230.498	125.395	105.103	222.509	123.475	99.034

						Consolidado
			2011			2010
	Custo	Depreciação /amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação /amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos	12.340	-	12.340	13.774	-	13.774
Edificações	31.506	7.044	24.462	31.385	6.181	25.204
Máquinas e equipamentos	161.045	105.860	55.185	152.480	106.219	46.261
Instalações	16.714	6.136	10.578	14.455	5.216	9.239
Móveis e utenssilios	7.372	4.967	2.405	6.808	4.566	2.242
Veiculos	3.653	1.439	2.214	3.157	1.319	1.838
Imobilizado em formação	5.287		5.287	7.751		7.751
	237.917	125.446	112.471	229.810	123.501	106.309

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrada nos quadros abaixo:

	1						Controladora
	Taxa de depreciação(%)	2010	Adições	Depreciação/am ortização	Baixas	Transf.	2011
Terrenos	-	6.568	-	-	(1.434)	-	5.134
Edificações	5,5	25.204	-	(1.537)	(1.595)	2.349	24.421
Máquinas e equipamentos	9	46.262	369	(3.072)	(145)	11.738	55.152
Instalações	9	9.238	11	(938)	-	2.267	10.578
Móveis e utenssilios	10 e 20	2.199	442	(466)	(165)	327	2.337
Veiculos	20	1.812	946	(371)	(193)	-	2.194
Imobilizado em formação		7.751	14.236			(16.700)	5.287
	=	99.034	16.004	(6.384)	(3.532)	(19)	105.103

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

							Consolidado
	Taxa de			Depreciação/am			
	depreciação(%)	2010	Adições	ortização	Baixas	Transf.	2011
Terrenos	-	13.774	-	-	(1.434)	-	12.340
Edificações	5,5	25.204	42	(1.538)	(1.595)	2.349	24.462
Máquinas e equipamentos	9	46.262	406	(3.076)	(145)	11.738	55.185
Instalações	9	9.238	11	(938)	-	2.267	10.578
Móveis e utenssilios	10 e 20	2.242	482	(481)	(165)	327	2.405
Veiculos	20	1.838	946	(377)	(193)	-	2.214
Imobilizado em formação		7.751	14.236		<u>-</u>	(16.700)	5.287
	_	106.309	16.123	(6.410)	(3.532)	(19)	112.471

A Companhia não capitalizou os juros sobre empréstimos tomados durante a fase de constituição dos ativos imobilizados em andamento, por se tratar de valores imateriais.

Em 1º de janeiro de 2009 a Companhia e sua controlada revisou a vida útil remanescente e avaliou a valor justo parte substancial do seu ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por empresa especializada na data de 28 de março de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, conforme determina a legislação vigente a Companhia através de seu corpo técnico avaliou a necessidade de impairment e revisou a vida útil remanescente do seu ativo imobilizado.

Foi identificado que não existem evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável e que não há necessidade de alteração do plano de depreciação.

Em 31 de Dezembro de 2011, propriedades com valor contábil de R\$ 7.907 mil (31/12/2010: R\$ 5.315) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários (ver nota explicativa 19).

Arrendamento financeiro:

Compreende os bens relacionados ao contrato número1180, anexos 44 a 55 da empresa Itautec Componentes e Serviços Ltda. com prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no Ativo Imobilizado da Companhia.

_	Cor	rsolidado	Controladora		
_	2011	2010	2011	2010	
Equipamentos de informática	1.008	1.008	1.008	1.008	
Depreciação acumulada	(942)	(877)	(942)	(877)	
	66	131	66	131	

16. Intangível

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Controladora
			2011			2010
	Custo	Depreciação /amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação /amortização acumulada	Valor líquido
Intangível	6.328	5.028	1.300	6.168	4.514	1.654
Intangível em formação	6.600	-	6.600	2.454	-	2.454
	12.928	5.028	7.900	8.622	4.514	4.108
Provisão p/ perda intangível em formação	(3.500)	-	(3.500)	-		-
	9.428	5.028	4.400	8.622	4.514	4.108
			2011			Consolidado 2010
	Custo	Depreciação /amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação /amortização acumulada	Valor líquido
Intangível	6.333	5.028	1.305	6.168	4.514	1.654
Intangível em formação	6.600	_	6.600	2.454	-	2.454
	12.933	5.028	7.905	8.622	4.514	4.108
Provisão p/ perda intangível em formação	(3.500)	-	(3.500)	-		-
	22.366	10.056	4.405	17.244	9.028	4.108

Movimentação do ativo intangível conforme demonstrada nos quadros abaixo:

							Controladora
	Taxa de amortização (%)	2010	Adições	Depreciação/a mortização	Baixas	Transf.	2011
Intangível	20	1.654	154	(516)	(11)	19	1.300
Intangível em formação	_	2.454	4.146				6.600
	_	4.108	4.300	(516)	(11)	19	7.900
Provisão p/ perda intangível em f	·ormação	-	(3.500)	-	-		(3.500)
	_	4.108	800	(516)	(11)	19	4.400
							Consolidado
	Taxa de amortização (%)	2010	Adições	Depreciação/a mortização	Baixas	Transf.	2011
Intangível	20	1.654	159	(516)	(11)	19	1.305
Intangível em formação	_	2.454	4.146				6.600
	_	4.108	4.305	(516)	(11)	19	7.905
Provisão p/ perda intangível em f	ormação	-	(3.500)	-	-		(3.500)
	_	4.108	805	(516)	(11)	19	4.405

O intangível da companhia está composto de softwares e dos gastos necessários à sua implantação.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício de 2010 a Companhia deu inicio ao projeto de substituição do sistema de informação (ERP), com investimento inicial aprovado de R\$ 5.000, realizado até o momento R\$ 7.000. A avaliação dos executivos prevê verba adicional de R\$ 6.000, para conclusão do projeto. Em consequência do acréscimo previsto em relação ao orçamento inicial, objeto de discussão, foi deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia a suspensão do projeto até que a gestão efetue estudo de forma a definir os benefícios que justifiquem sua continuidade.

17. Fornecedores

	Co	Controladora		
	2011	2010	2011	2010
Mercado interno	5.976	7.767	5.943	7.767
Mercado externo	1.186	753	1.186	753
	7.162	8.520	7.129	8.520
Ajuste a valor presente	(158)	(93)	(158)	(93)
	7.004	8.427	6.971	8.427
Circulante	7.004	8.427	6.971	8.427

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 30 dias.

O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 30 dias sendo descontado na mesma taxa das operações.

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

(a) Composição dos tributos diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

C	onsolidado	Controlad		
2011	2010	2011	2010	
1.957	911	1.957	911	
2.148	778	2.036	666	
1.400	649	1.400	649	
5.505	2.338	5.393	2.226	
8.493	8.993	8.493	8.993	
8.378	9.711	8.295	9.628	
16.871	18.704	16.788	18.621	
	2011 1.957 2.148 1.400 5.505 8.493 8.378	1.957 911 2.148 778 1.400 649 5.505 2.338 8.493 8.993 8.378 9.711	2011 2010 2011 1.957 911 1.957 2.148 778 2.036 1.400 649 1.400 5.505 2.338 5.393 8.493 8.993 8.493 8.378 9.711 8.295	

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos futuros.

Demonstramos abaixo a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, com base nos lucros tributáveis futuros ajustados a valor presente, apurados em cada exercício fiscal, em 31 de dezembro de 2011:

2012	2.835
2013	794
2014	1.764
	5.393

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Controladora
	Saldo em 2010	Reconhecido no Resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Saldo em 2011
Ativos Fiscais Diferidos				
Provisão para contingências	911	1.046	-	1.957
Provisão para perdas ativos	666	1.369	-	2.035
Outras	649	752		1.401
	2.226	3.167	-	5.393
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo atribuido	8.993	(500)	-	8.493
Outros	9.628	-	(1.333)	8.295
	18.621	(500)		16.788
			Reconhecido	Consolidado
	Saldo em 2010	Reconhecido no Resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Consolidado Saldo em 2011
Ativos Fiscais Diferidos	20000		diretamente no	
Ativos Fiscais Diferidos Provisão para contingências	20000		diretamente no	
	2010	Resultado	diretamente no	Saldo em 2011
Provisão para contingências	2010 911	Resultado	diretamente no	Saldo em 2011 1.957
Provisão para contingências Provisão para perdas ativos	2010 911 778	1.046 1.369	diretamente no	Saldo em 2011 1.957 2.147
Provisão para contingências Provisão para perdas ativos	911 778 649	1.046 1.369 752	diretamente no	1.957 2.147 1.401
Provisão para contingências Provisão para perdas ativos Outras	911 778 649	1.046 1.369 752	diretamente no	1.957 2.147 1.401
Provisão para contingências Provisão para perdas ativos Outras Passivos Fiscais Diferidos	911 778 649 2.338	1.046 1.369 752 3.167	diretamente no	1.957 2.147 1.401 5.505

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.903	19.236	15.743	19.272
Imposto de renda e contribuição social apurados com base nas alíquotas nominais – 34%	(5.407)	(6.540)	(5.353)	(6.552)
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência Patrimonial	-	-	2.377	47
Incentivo Cultural	-	21	-	21
Juros sobre capital próprio	2.024	1.851	2.024	1.851
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto	(328)	(185)	(328)	(185)
Reversão de Juros e multa parcelamento Lei 11941/2009	74	-	74	-
Efeito liquido do cálculo do lucro real da Controlada em relação ao lucro presumido da Controladora	2.188	-	-	-
Outros	(19)	274	205	203
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.468)	(4.579)	(1.001)	(4.615)
Alíquota efetiva (%)	9,23%	23,81%	6,36%	23,95%

19. Empréstimos e financiamentos:

						Controlado	ora e Consolidado
					2011		2010
			-		_		_
Empréstimos bancário garantido:	Moeda	Taxa juro ao ano	venc	Valor face	Valor contábil	Valor face	Valor contábil
FINIMP/BNDES	USD	1%	2015	1.857	5.643	1.789	1.187
FINIMP	CHF	4%	2012	-	-	1.514	1.033
FINIMP	EUR	Euribor (Sem) + 3,45%	2015	7.985	3.259	6.838	3.095
Pré pagamento	USD	0,5% a 2,08%	2015	51.561	36.130	32.063	19.703
Leasing	R\$	IGPM	2012	1.008	6	1.008	77
Vendor	R\$	16,35% a 15,66%	2011	5.115	4.118	5.115	5.115
EGF	R\$	6,75%	2011	8.700	8.781	9.177	10.028
Exim/BNDES/Outros(*):	R\$	4,8% a 7%	2020	30.488	29.146	40.338	36.077
Empréstimos bancário não garantido:							
Exim/BNDES/Outros:	R\$	4,8% a 7%	2016	-	-	1.470	1.704
TOTAL GERAL:			-	106.714	87.083	99.312	78.019
Circulante:				24.367	29.112	9.177	57.629
Não circulante:				82.347	57.971	90.135	20.390

^{*}Consta do saldo de 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 11,6 sujeito a variação monetária, sendo R\$ 6,1 sujeito a variação da TJLP e R\$ 5,5 sujeito a variação da TR.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

- A Companhia possui somente um contrato de empréstimo com as seguintes cláusulas restritivas:
- Dívida líquida/EBITDA será menor ou igual a 2,5, onde a dívida líquida é o total dos empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalente de caixa; e EBITDA é o lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações e efeitos da Lei 11.638/07.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	2011	2010
2012	-	9.288
2013	25.811	3.247
2014	17.508	3.247
2015	10.291	3.247
2016	4.329	1.311
2017	9	13
2018	9	13
2019	9	13
2020	5	11
	57.971	20.390

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos:

	2011	2010
Duplicatas a receber de clientes caucionadas:	14.891	30.048
Aplicações financeiras:	4.641	771
Aval de membros da diretoria:	82.358	25.037
Estoques:	14.855	10.028
Imobilizado:	7.907	5.315
	124.652	71.199

20. Partes relacionadas:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da administração.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Consolidado		Controlado	
		Moeda	2011	2010	2011	2010
Ativo						
Circulante						
Partes relacionadas:						
Acionistas controladores	(a)	Real	13	114	13	114
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(b)	Real	224	378	224	378
Catex Comércio de Tecido Ltda	(b)	Real	34	-	34	-
GM2 Importações e Exportações Ltda	(g)	Real	-	9	-	9
Brim Jeans Com. Imp. Têxteis Ltda	(b)	Real	6	-	6	-
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(b)	Real	-	-	770	-
Não circulante						
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(b)	Real	-	-	262	-
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(f)	Real	-	-	70	-
Passivo:						
Circulante						
Partes relacionadas:						
Acionistas controladores	(d)	Real	28	-	28	-
1001 Artefatos de Borracha Ltda	(h)	Real	5	-	5	-
Beca Representações Comerciais	(b)	Real	17	17	17	17
Catriz Agroindustrial Ltda	(b)	Real	33	-	33	-
Energisa S/A	(c)	Real	1.413	798	1.413	798
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(b)	Real	20	14	20	14
Rittmeyer Empreendimentos Ltda	(e)	Real	32	-	32	-
			Co	nsolidado	Co	ntroladora
				<u> </u>		illiolauora
		Moeda	2011	2010	2011	2010
Resultado operacional						
Partes relacionadas:						
Beca Representações Comerciais	(b)	Real	(236)	(205)	(236)	(205)
Brim Jeans Com. Import. Têxteis Ltda	(b)	Real	172	-	172	-
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(b)	Real	765	-	798	-
Catex Comércio de Tecido Ltda	(b)	Real	577	610	577	610
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(b)	Real	1.388	1.143	1.388	1.143
Catriz Agroindustrial Ltda	(b)	Real	(441)	(219)	(441)	(219)
Energisa S/A	(c)	Real	(20.983)	(7.141)	(20.983)	(7.141)
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(e)	Real	(79)	(53)	(79)	(53)
GPM Comercial e Industrial Ltda	(b)	Real	(404)	215 (267)	- (ADA)	215
Rittmeyer Empreendimentos Ltda	(e)	Real	, ,	(367)	(404)	(367)
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(b)	Real	(231)	(226)	(231)	(226)

⁽a) Refere-se a reembolso de assistência médica;

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Refere-se a operações de venda de mercadorias e contrato de representação comercial;
- (c) Refere-se a contrato de compra de energia elétrica;
- (d) Créditos de acionistas;
- (e) Refere-se a contrato de consultoria nas áreas industrial, comercial e administrativa;
- (f) Refere-se a mútuo com a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda;
- (g) Refere-se à operação de venda de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) com deságio de 11%;
- (h) Refere-se a aquisição de mercadorias para uso e consumo.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, Instrução CVM 480/09 e Instrução CVM 481/09, e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Foram fixados pela AGO realizada em 30 de abril de 2011, o montante global anual para o exercício de 2011 no valor de R\$ 4.510 (R\$ 4.500 para o exercício 2010).

Órgão	Nº de Membros	Honorários e Encargos	Remuneração Variável	Previdência Privada	Assit. Médica e seguro vida
			Cor	nsolidado e cont	roladora em 2010
Conselho de Administração	5	515	=	-	-
Conselho Fiscal	3	134	-	-	-
Diretoria	4	1.763	214	392	135
	12	2.412	214	392	135
			Cor	solidado e cont	roladora em 2011
Conselho de Administração	5	456	-	-	-
Conselho Fiscal	3	116	-	-	-
Diretoria	3	1.391	1.132	571	135
	11	1.963	1.132	571	135

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Obrigações tributárias:

	(Consolidado	Co	ontroladora
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e Contribuição Social	44	-	-	-
ICMS	350	597	350	597
Outros impostos a recolher	28	61	28	61
Parcelamento REFIS IV				
CSLL a recolher	88	-	88	-
COFINS	97	712	97	712
PIS	20	147	20	147
IRPJ Parcelamento	231	-	231	-
	858	1.517	814	1.517
Circulante:	682	816	638	816
Não circulante:	176	701	176	701

Programa de parcelamento instituído pela MP 303/06

Em setembro de 2006, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento instituído pela medida provisória nº 303 de 29 de junho de 2006, declarando os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), vencidos entre 01 de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, de que trata o artigo 8º da MP, com parcelamento em 120 parcelas mensais e atualizados pela TJLP.

Em 17 de agosto de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do parcelamento Excepcional – PAEX e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses conforme Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGNF/RBF nº 06/2009 "REFIS IV".

A migração do PAEX para "REFIS IV" representou uma redução de juros e multa da mencionada dívida em aproximadamente R\$ 2.955, alongamento dos referidos débitos, redução da parcela mensal em 15%.

Como conseqüência da adesão da Companhia ao "REFIS IV" e pagamento a vista do parcelamento do INSS (PAEX) no montante de R\$3.828, o saldo do parcelamento em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 436 (R\$ 859 em 31 de dezembro de 2010 – Refis IV).

A dívida declarada ainda não foi definitivamente homologada pela Secretaria da Receita Federal, estando, portanto, sujeita a alterações.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisões diversas:

			Controladora e (Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Provisões trabalhistas	3.934	3.245	3.934	3.245
Comissões a agentes mercado externo	898	1.129	898	1.129
Comissões a representantes mercado interno	967	779	967	779
	5.799	5.153	5.799	5.153

As provisões trabalhistas referem-se à provisão de férias e remuneração variável.

23. Provisões e contingências:

A Companhia e sua controlada são parte (pólo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como conseqüência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas juntos aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos.

								Consolidado	e controladora
	31/12/2009	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2010	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2011
Trabalhista	30	-	(20)	-	10	-	-	-	10
Tributária	4.508		-	-	4.508	2.933	-	-	7.441
Cível	21.765	5.097	(16.806)	117	10.173	2.964	(6.823)	143	6.457
Outras	113				113	2.254	(80)		2.287
	26.416	5.097	(16.826)	117	14.804	8.151	(6.903)	143	16.195
Depósitos judiciais	(22.735)	(932)	16.819		(11.475)	(932)	7.064		(5.343)
	3.681	4.165	(7)	117	3.329	7.219	161	143	10.852

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Do montante líquido de contingências destacamos os principais processos:

a. Tributárias:

- (i) ICMS Tarifa do Uso da Rede do Sistema Nacional de Energia Elétrica ("TUSD") MG Refere-se à discussão judicial sobre a legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de uso das linhas de transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2010, a provisão constituída monta a R\$3.916 (R\$3.916 em 31 de dezembro de 2009). Os depósitos judiciais efetuados no âmbito desse processo montam em R\$3.916 nas mesmas datas base. Conforme descrito na Nota explicativa 10a em 30 de novembro de 2011 a Companhia protocolou requerimento relativo a "Utilização do referido crédito acumulado para pagamento de crédito tributário relativo ao ICMS (TUSD)" e solicitando a liberação do depósito judicial no mesmo montante (valor não atualizado) a seu favor, referente a lide. Em 02 de dezembro de 2011 a Procuradoria da Dívida Ativa do Estado de Minas Gerais deferiu o requerimento restando apenas as formalizações legais para conclusão do acordo.
- (ii) Encargo de Capacidade Emergencial ("ECE") Refere-se à discussão judicial sobre a inconstitucionalidade e ilegalidade da ECE e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial ("EAEEE"), em virtude da existência de vícios técnicos quando da instituição dessas exações. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão constituída monta a R\$2.338 (R\$ 2.197 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$335.
- (iii) Auto de Infração INSS refere-se à discussão sobre suposta irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de crédito corporativo e vínculo empregatício no valor aproximado de R\$3.000. A autuação ocorreu em 01 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou defesa em 29 de dezembro de 2010, os patronos dos autos consideram o êxito do mesmo como possível, a discussão encontra-se em esfera administrativa.

b. Cível:

(i) Discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica – Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. O saldo remanescente dessa discussão legal é de R\$44.367 (R\$43.398 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$23.648, tendo sido levantado pela parte contrária, R\$ 17.197 em 30 de junho de 2010 e R\$ 6.451 em 22 de junho de 2011.

Os advogados que respondem pela Companhia emitiram parecer de perda remota.

A diferença entre os valores efetivamente depositados e o valor cobrado em documento fiscal foi de R\$ 20.719. Considerando o andamento do processo a Companhia, com base no parecer de seus assessores jurídicos, provisionou adicionalmente o montante de R\$ 4.043 em 2011.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Ação rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados de forma irrazoável no valor de R\$ 2.300 em setembro de 2011, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 – 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS, não sendo a Companhia devedora do Estado de qualquer valor referente ao tributo. Os advogados que respondem pela Companhia emitiram parecer de perda possível.

24. Patrimônio líquido:

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não tem direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos cumulativos mínimos de 12% ao ano ou dividendos sempre 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, das duas a maior.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na datada transição e as reavaliações de bens do ativo imobilizado em 2006, da controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da realização dos ativos a que se referem.

(c) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

(d) Reserva de retenção

Constituída com a parcela do lucro líquido do exercício remanescente após as destinações previstas no estatuto da Companhia, para fins de reforço de capital de giro e expansão dos negócios.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

Demonstramos a seguir o cálculo dos dividendos mínimos obrigatório para o exercício de 31 de dezembro de 2011:

Dividendos mínimos obrigatórios calculado no lucro liquido ajustado

	31/12/2011
Resultado líquido do período	14.742
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	2.697
Lucro base para dividendos/juros sobre capital próprio	17.439
Constituição reserva legal (5%)	(737)
Base de cálculo dos dividendos	16.702
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos mínimos obrigatórios	4.912
IRRF incidente sobre os juros o capital próprio	(737)
Total dos juros sobre o capital próprio líquido imputado aos dividendos mínimos obrigatórios	4.176
r electicular dos juros soure o capitar proprio impurado aos dividendos infilmios ourigatorios soure a dase de	25,00%

Os juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, foram calculados de acordo com a Lei 9.249/95, sendo que:

O Montante de juros sobre o capital próprio propostos pela Administração da Companhia de R\$5.953 (R\$5.060 líquidos de IRRF à alíquota de 15%), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 serão submetidos à aprovação na AGO, em reunião a ser realizada no prazo legal, conforme tabela abaixo

Valor por ação (R\$)	Acionistas imunes ou isentos (valor bruto)	IRRF (15%)	Acionistas tributados (valor líquido)
Ações ordinárias	40,7375	6,1107	34,6268
Ações Preferenciais	71,2047	10,6808	60,5239

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de atendimento às disposições tributárias, os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesas operacionais. Todavia, na elaboração das demonstrações financeiras, os juros são reclassificados para a conta de lucros acumulados, para que ambos sejam demonstrados como distribuição de resultados, em atendimento à Deliberação CVM 207/96. A despesa efetiva com imposto de renda e contribuição social foi reduzida em R\$2.024, em decorrência da utilização da prática de se pagar tais juros, imputados aos dividendos.

25. Receita Operacional:

Seguem abaixo abertura de nossa receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

		Controladora		
	2011	2010	2011	2010
Vendas de produtos	224.486	191.610	212.766	191.594
		Consolidado		Controladora
	01/01/2011	01/01/2010	01/01/2011	01/01/2010
	a	a	a	a
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta fiscal	278.714	237.426	265.190	237.408
Menos:				
Impostos sobre vendas	(41.569)	(37.072)	(40.931)	(37.070)
Subvenções governamentais-ICMS	7.634	8.595	7.634	8.595
Devoluções e abatimentos	(7.603)	(7.693)	(7.603)	(7.693)
Ajuste a valor presente clientes	(12.690)	(9.695)	(11.524)	(9.695)
Ajuste por diferença de critérios				
de reconhecimento de receita		49		49
Total da receita contábil	224.486	191.610	212.766	191.594

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Custos e despesas operacionais:

Por natureza:

		Consolidado		Controladora
	2011	2010	2011	2010
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	(46.819)	(41.980)	(46.556)	(41.968)
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(124.786)	(113.413)	(124.338)	(113.025)
Comissões sobre venda	(7.861)	(6.519)	(7.798)	(6.519)
Fretes de vendas	(4.013)	(3.870)	(4.013)	(3.870)
Depreciações e amortizações	(6.926)	(6.131)	(6.900)	(6.107)
Outros	(13.948)	(10.110)	(9.897)	(10.037)
Total das despesas	(204.353)	(182.023)	(199.502)	(181.526)

Por função:

•		Consolidado		Controladora
	2011	2010	2011	2010
Operações continuadas				
Custo dos produtos vendidos	(166.183)	(148.463)	(162.614)	(148.463)
Despesas com vendas	(25.024)	(22.601)	(24.434)	(22.601)
Despesas administrativas	(13.146)	(10.959)	(12.454)	(10.462)
Total das despesas	(204.353)	(182.023)	(199.502)	(181.526)

27. Resultado financeiro:

	C	Consolidado	Co	ontroladora	
	2011	2010	2011	2010	
Receitas financeiras					
Juros com aplicações financeiras	1.958	1.999	1.662	1.988	
Ganhos com variações cambiais	11.450	8.445	11.450	8.445	
Reversão do ajuste a valor presente clientes	11.213	10.028	11.213	10.028	
Outras receitas financeiras	3.091	3.411	3.091	3.394	
	27.712	23.883	27.416	23.855	
Despesas financeiras					
Juros com empréstimos e financiamentos	(4.984)	(4.229)	(4.976)	(4.229)	
Perdas com variações cambiais	(15.790)	(7.484)	(15.790)	(7.484)	
Reversão do ajuste a valor presente fornecedores	(1.488)	(1.453)	(1.488)	(1.453)	
Outras despesas financeiras	(1.995)	(2.205)	(1.993)	(2.205)	
	(24.257)	(15.371)	(24.247)	(15.371)	
Resultado financeiro liquido	3.455	8.512	3.169	8.484	

Companhia Industrial Cataguases (Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros:

		Inst	rumentos	financeiros c	lassificados por	categoria
					Con	troladora
	31/12/2011			31	/12/2010	
	Valor justo			Valor justo		
	através do	Empréstimos		através do	Empréstimos	
Ativo	resultado	e recebíveis	Total	resultado	e recebíveis	Total
Caixa e equivalente caixa	-	18.681	18.681	-	14.150	14.150
Outros investimentos	6.353	-	6.353	17.641	-	17.641
Contas a receber e outros recebíveis	-	53.640	53.640	-	45.706	45.706
	6.353	72.321	78.674	17.641	59.856	77.497
	Valor justo	Passivo financeiro mensurado		Valor justo	Passivo financeiro mensurado	
	através do	ao custo		através do	ao custo	
Passivo	resultado	amortizado	Total	resultado	amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos	-	87.083	87.083	-	78.019	78.019
Fornecedores		6.971	6.971		8.427	8.427
	_	94.054	94.054	-	86.446	86.446
					Co	nsolidado
		31	/12/2011		31	/12/2010
	Valor justo			Valor justo		
	através do	Empréstimos		através do	Empréstimos	
Ativo	resultado	e recebíveis	Total	resultado	e recebíveis	Total
Caixa e equivalente caixa	-	20.345	20.345	-	14.186	14.186
Outros investimentos	6.353	-	6.353	17.641	-	17.641
Contas a receber e outros recebíveis		58.734	58.734		45.713	45.713
	6.353	79.079	85.432	17.641	59.899	77.540
	Valor justo	Passivo financeiro mensurado		Valor justo	Passivo financeiro mensurado	
	através do	ao custo		através do	ao custo	
Passivo	resultado	amortizado	Total	resultado	amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos		87.083	87.083	-	78.019	78.019
Fornecedores	-	7.004	7.004	-	8.427	8.427
	-	94.087	94.087	-	86.446	86.446

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Exposição a riscos cambiais: Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos, euros e franco suíço, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão abaixo discriminados e não temos diferenças entre os valores justos e os contábeis. Contas a receber – a Companhia possui saldo de contas a receber de cada um dos países em que atuam diferente da moeda funcional no montante de R\$11.792 em 31 de dezembro de 2011, equivalente a 1.042 euros e 4.934 dólares norte-americanos (R\$9.937 em 31 de dezembro de 2010, equivalente a 1.514 euros e 3.940 dólares norte-americanos).

Empréstimos e financiamentos – conforme demonstrado na nota explicativa nº 19, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$ 42.348 em dezembro de 2011, equivalente a 1.562 mil euros e 20.549 mil dólares-americanos (R\$ 27.486 em dezembro de 2010, equivalente a 1.299 mil euros, 14.139 mil dólares-americanos e 579mil francos suíços) Durante os exercícios de 2010 e 2009 a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

- **b. Exposição a riscos de taxas de juros:** A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e dos juros sobre empréstimos em moeda estrangeira expostos às variações das taxas Libor e Euribor.
- c. Concentração de risco de crédito: A Companhia e sua controlada estão expostas a sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que pontecialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

d. Derivativos

A contratação de instrumento financeiro da Companhia tem o objetivo de proteção das operações comerciais no mercado externo, assegurando o percentual máximo de 90% (noventa por cento) para a cobertura do limite de crédito aprovado e 90% (noventa por cento) para riscos políticos.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de "commodities", taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

- (i) Seleção de riscos: A Companhia selecionou três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norte-americano-real; (2) a taxa do CDI; (3) a TJLP.
- (ii) Seleção dos cenários: Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real. Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2011.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2011, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11,6% a.a., TJLP = 6% a.a. e Dólar a 1,8758) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição em R\$ mil	Risco	Cenário I (Provável)(*)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
2.538	Baixa Euro	2.792	3.173	3.807
9.255	Baixa Dólar	10.181	11.569	13.883
(3.802)	Alta Euro	(4.182)	(4.753)	(5.703)
(38.546)	Alta Dólar	(42.401)	(48.183)	(57.819)
(30.555)		(33.611)	(38.194)	(45.833)
20.697	Baixa CDI	22.767	25.871	31.046
(44.735)	Alta CDI	(49.209)	(55.919)	(67.103)
(24.038)		(26.442)	(30.048)	(36.057)
(54.593)		(60.052)	(68.241)	(81.890)
		(5.459)	(13.648)	(27.297)
	2.538 9.255 (3.802) (38.546) (30.555) 20.697 (44.735) (24.038)	Risco	mil Risco (Provável)(*) 2.538 Baixa Euro 2.792 9.255 Baixa Dólar 10.181 (3.802) Alta Euro (4.182) (38.546) Alta Dólar (42.401) (30.555) (33.611) 20.697 Baixa CDI 22.767 (44.735) Alta CDI (49.209) (24.038) (26.442) (54.593) (60.052)	mil Risco (Provável)(*) 25%) 2.538 Baixa Euro 2.792 3.173 9.255 Baixa Dólar 10.181 11.569 (3.802) Alta Euro (4.182) (4.753) (38.546) Alta Dólar (42.401) (48.183) (30.555) (33.611) (38.194) 20.697 Baixa CDI 22.767 25.871 (44.735) Alta CDI (49.209) (55.919) (24.038) (26.442) (30.048) (54.593) (60.052) (68.241)

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são os seguintes:

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Mensu	ração a valor justo controlac	lora e consolidado
	31/12/2011	Preço cotado em mercado ativospara ativos identicos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativospara ativos similares Nível 2	Registros não observaveis Nível 3
Ativo				
Aplicações financeiras	6.353	-	6.353	-
. •	6.353	-	6.353	-
		Mensu	ração a valor justo controlac	lora e consolidado
	31/12/2010	Preço cotado em mercado ativos para ativos identicos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observaveis Nível 3
Ativo				
Aplicações financeiras	17.641	-	17.641	-
-	17.641		17.641	

Valor justo versus valor contábil

O Valor justos dos ativos e passivos financeiros não diferem do valor contábil.

	Controladora e consolidado			
		2011		2010
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativo				
Aplicações financeiras	6.353	6.353	17.641	17.641
	6.353	6.353	17.641	17.641

29. Lucro líquido por ação:

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no exercício de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício de 2010 conforme o quadro abaixo. Durante 01/01/2011 a 31/12/2011 não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

			2011			2010
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	4.4.640					
Resultado do período	14.618	124	14.742	14.534	123	14.657
Lucro atribuível aos acionistas	14.618	124	14.742	14.534	123	14.657
		,				
Número efetivo de ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Saldo em 31/12/2011	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído- R\$	101,38	111,51	101,45	100,79	110,88	100,87

30. Seguros:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	112.010
Veículos	4.712
Responsabilidade civil	6.000

31. Evento subsequente:

Provisões e contingências (Nota 23):

Referente a Ação rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados de forma irrazoável no valor de R\$ 2.300 em setembro de 2011, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 – 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH). Em 21/03/2012 o STF deferiu a tutela antecipada para determinar que seja 'sobrestado o cumprimento da decisão rescindenda até a apreciação final desta lide' e determinou a expedição de ofício a 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH para cientificar o juízo da tutela antecipada deferida.

* * *

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração:	Diretoria:
----------------------------	------------

Eduardo Peixoto Ferreira Leite José Inácio Peixoto Neto

Presidente Diretor Presidente e de Relações com

Investidores

Jorge Nagib Amary Junior Antonio Duarte Fabelo

Conselheiro Diretor Técnico-Industrial

Renato Ribeiro Ciminelli Hênio Murilo de Barros Lemos Filho

Conselheiro Diretor Comercial

Ricardo Dias Cruz Ferreira

Conselheiro

Vicente Moliterno Neto Responsável técnico:

Conselheiro Celso Romário de Oliveira

Contador

CRC-MG 065048

Conselho fiscal:

Flávio Stamm Conselheiro

Glaydson Ferreira Cardoso

Conselheiro

José Heitor Leonardo

Conselheiro